



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

"Gabinete do Prefeito"

LEI Nº 1.083 DE 23 DE JULHO DE 1.996

CONCEDE PRAZOS E FORMAS ESPECIAIS
PARA PAGAMENTO DOS DÉBITOS
MUNICIPAIS E DAS OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO ,
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, faz saber que a Câmara
Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:.

Art. 1º - Os débitos de qualquer natureza,
incluídos os provenientes de IPTU (Imposto Predial e Terri-
torial Urbano), inscritos em dívida ativa do município até
1.995, ajuizados ou não, uma vez corrigidos monetariamente
até 31 de maio de 1.996, poderão ser pagos da seguinte
forma:

I - De uma única vez, até o dia
30.08.96, com 50% (cincoenta por cento) de desconto.

II - Em quatro parcelas mensais ,
iguais e consecutivas, com vencimento para os dias 30.08.96,
30.09.96, 30.10.96 e 30.11.96.

Parágrafo único - Para gozar dos benefí-
cios previstos no "caput" deste artigo, os interessados de-
verão ingressar com requerimento, mediante protocolo, no
setor competente da Prefeitura Municipal num prazo máximo
de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação
desta Lei.

Art. 2º - Os débitos decorrente do
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), referente ao
exercício de 1.996, igualmente poderão ser quitados na

19

.....



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

"Gabinete do Prefeito"

Fl. 02

forma prevista no artigo anterior.

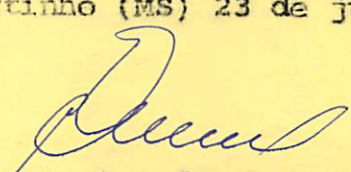
Parágrafo único - Os benefícios previstos no "caput" deste artigo, ficam condicionados a plena quitação dos débitos mencionados no artigo 1º.

Art. 3º - Decorrido o prazo da vigência desta Lei, os contribuintes omissos perderão o direito à mesma e serão avisados através de Edital da importância e exercícios correspondentes aos seus débitos.

Parágrafo único - Serão encaminhados à Procuradoria Jurídica, os contribuintes em débito com a Fazenda Municipal, com os respectivos valores para as medidas legais previstas na legislação vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e terá vigência por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Porto Murtinho (MS) 23 de julho de 1.996


Luiz Carlos de Abreu
Prefeito Municipal